

A heterogeneidade constitutiva do fazer linguístico na fase pós-saussuriana

CAROLINA DA CUNHA REEDIJK

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia.

Professora do Centro Universitário de Patos de Minas.

E-mail: carol@unipam.edu.br



Resumo: O presente texto objetiva trazer à baila a heterogeneidade constitutiva do fazer linguístico na fase pós-saussuriana, levando-se em consideração o olhar específico que cada pesquisador lança sobre seu objeto teórico. Partindo da análise dos postulados de alguns linguistas pós-saussurianos e de um filósofo da linguagem, buscamos evidenciar que a heterogeneidade constitutiva do fazer linguístico está intrinsecamente relacionada à maneira de abordar e conceber o objeto de estudo e que a especificidade de cada fazer linguístico está vinculada ao ponto de vista específico lançado sobre tal objeto.

Palavras-chave: Linguística. Fase pós-saussuriana. Objeto teórico.

Abstract: This text aims to bring up the constitutive heterogeneity of linguistic practice in the post-Saussurean phase, taking into account the specific look that each researcher throws on his theoretical object. Based on the analysis of the postulates of some post-Saussurean linguists and a language philosopher, we aimed to show that the constitutive heterogeneity of linguistic practice is intrinsically related to the way for approaching and conceiving the study object and that the specificity of each linguistic work is linked to the specific point of view launched on such object.

Keywords: Linguistics. Post-Saussurean phase. Theoretical object.

1 Considerações iniciais

A concepção de Linguística que trazemos como referência primeira em nosso imaginário é a apresentada por Saussure¹. Ferdinand de Saussure (1857-1913) é considerado o pai da Linguística Moderna e aquele que problematizou os estudos da linguagem como um todo para delimitar o objeto teórico dos estudos linguísticos. Dada à importância dos postulados do genebrino, a contemporaneidade apresenta a história da Linguística por meio de uma divisão em três fases: a pré-saussuriana, a saussuriana e a pós-saussuriana. Em relação a essas fases, podemos

¹ A notoriedade de Ferdinand de Saussure veio com a publicação da obra póstuma *Cours de linguistique générale* (1916). O *Curso de Linguística Geral* é composto por textos dos cursos ministrados por Saussure durante seus últimos anos de vida na Universidade de Genebra. Os textos foram recolhidos e organizados por seus discípulos suíços Charles Bally (1865-1947) e Albert Séchehay (1870-1946).

materializar, de uma maneira geral, que à primeira fase estão vinculados os estudos gregos baseados na lógica, os estudos filológicos que visavam interpretar e comentar os textos da época, principalmente os literários, e os estudos histórico-comparatistas que lançavam comparações entre línguas com o intuito de apresentar a origem das mesmas e de mostrar como as línguas evoluem; à segunda fase, como o próprio nome indica, relacionam-se os postulados e os conceitos saussurianos e à terceira, todos os estudos linguísticos que, de uma maneira ou de outra, partem das considerações saussurianas para apresentar deslocamentos e/ou problematizações. Vale ressaltar que há, em cada uma das fases apresentadas, diferentes concepções acerca do fazer linguístico: concepções que evidenciam que a Linguística é um campo heterogêneo.

O presente texto objetiva trazer à baila a heterogeneidade constitutiva do fazer linguístico na fase pós-saussuriana, levando em consideração o olhar específico que cada pesquisador lança sobre seu objeto teórico. Partindo da análise dos postulados de alguns linguistas pós-saussurianos e de um filósofo da linguagem, buscamos evidenciar que a heterogeneidade constitutiva do fazer linguístico está intrinsecamente relacionada à maneira de abordar e conceber o objeto de estudo e que a especificidade de cada fazer linguístico está vinculada ao ponto de vista específico lançado sobre tal objeto.

2 *Linguistas da fase pós-saussuriana*

A fase pós-saussuriana, como vimos, é a fase que abarca todos os estudos linguísticos que, de uma maneira ou de outra, partem das considerações saussurianas para apresentar deslocamentos e/ou problematizações. Há uma enorme variedade de estudos a serem considerados nessa fase. Dentro do universo da fase pós-saussuriana, limitar-nos-emos à apresentação do pensamento de quatro linguistas e de um filósofo da linguagem que elaboraram seus postulados no decorrer do século XX e que marcaram definitivamente a história dos estudos linguísticos: Leonard Bloomfield (1887-1949), Émile Benveniste (1902-1976), Noam Chomsky (1928), Michael A. K. Halliday (1925) e John Austin (1911-1960).

2.1 *Leonard Bloomfield*

Leonard Bloomfield (1887-1949) é considerado o fundador da linguística estrutural norte-americana e um linguista que buscou, assim como Saussure, dar cientificidade aos estudos linguísticos e apresentar a Linguística como uma ciência independente. Como tinha o objetivo de fazer da Linguística um campo científico², Bloomfield utiliza, na estruturação de seus postulados, procedimentos científicos com o intuito de gerar leis gerais que pudessem ser utilizadas como parâmetro de análise para as mais variadas línguas. Seu livro *Linguagem* (1933) é considerado o texto clássico

² Vale ressaltar que a noção de ciência que perpassa toda a elaboração do pensamento bloomfieldiano é a positivista, ou seja, uma ciência que tem como principal objetivo buscar por leis gerais que possam ser generalizadas e controlar o objeto de estudo por meio da elaboração de conceitos que possam limitar a maneira de abordar os fenômenos a serem abordados.

do estruturalismo norte-americano e o ponto de partida para a compreensão do que seja, na perspectiva do linguista em foco, uma análise linguística. Para o americano, a descrição de uma língua, feita por meio da observação sistemática, levaria o linguista à estrutura dessa língua, assim como a suas regularidades: daí a menção de Bloomfield como sendo o fundador da linguística estrutural norte-americana. Vale destacar que, por meio da descrição, as formas linguísticas poderiam ser classificadas, assim como o funcionamento da língua observado.

A língua, nos postulados do linguista em questão, é considerada um instrumento de comunicação oral que evidencia que toda enunciação parte de um estímulo e gera uma reação. Em relação à concepção de língua em Bloomfield, essencial se faz mencionar a influência do behaviorismo. Partindo da tríplice contingência (estímulo/resposta/consequência) proposta pela filosofia behaviorista para entender o comportamento humano, Bloomfield lança considerações acerca do funcionamento do discurso³, que é, nesse contexto, a língua sendo posta em prática. De uma maneira geral, um ato de fala é visto, na concepção em pauta, como um tipo particular de comportamento que é gerado a partir de um estímulo (contexto). É possível perceber, assim, que a língua só passa a ser discurso por causa de um estímulo que vem de fora, ou seja, que é exterior à própria língua. O discurso não pode ser considerado produto do pensamento, da vontade, da reflexão e do sentimento, uma vez que só existe quando há uma causa para sua existência: um estímulo exterior. O pensamento antimentalista de Bloomfield está posto no momento em que nega o pensamento, a vontade, a reflexão e o sentimento do homem como produtores (causadores) do discurso.

Na perspectiva mecanicista de Bloomfield, a causa do discurso não está na mente, e sim na situação em que o homem, no caso o falante, se encontra. Por meio dessa situação em que o homem se encontra, o discurso surge como resposta, como comportamento. Sendo assim, percebemos que toda forma linguística é um comportamento linguístico que deve ser tratado em termos de estímulos e respostas. Toda forma linguística, nos postulados de Bloomfield, tem um significado específico e constante, que é percebido pelo contexto de produção. O significado é definido em termos de um estímulo do falante, ou seja, o significado, nessa perspectiva, é o referente – meio pelo qual o homem tem acesso ao mundo.

Ainda em relação ao significado, essencial mencionar que Bloomfield evidencia a problemática em torno desse termo em seu texto intitulado *O significado*. Por meio da leitura desse texto, percebemos que Bloomfield materializa a impossibilidade de o linguista definir significados, uma vez que eles não são cientificamente manipuláveis, pois o que leva uma pessoa a enunciar algo está relacionado com tudo que faz parte do seu universo. No entanto, Bloomfield destaca que, mesmo o linguista não podendo definir significados, ele pode definir os significados de outras formas em termos das primeiras e pode também determinar o significado de uma forma linguística levando em consideração as definições de outras ciências. Buscando controlar minimamente a problemática em torno do significado, Bloomfield postula que, quando não é possível determinar o significado a partir de

³ Na teoria de Bloomfield, fala, enunciação e discurso aparecem como termos sinônimos.

definições de outras ciências, o linguista pode recorrer à demonstração (apresentar ou apontar o referente até que a pessoa use a palavra de maneira convencional), à circunlocução (quando a pessoa tem conhecimentos da nossa língua, pode-se dar o significado dos dicionários) e à tradução (se se conhece a língua do interrogador, pode-se dizer uma forma aproximadamente equivalente) e deixa claro que o que realmente interessa são as formas linguísticas que têm os significados distintos e específicos, ou seja, Bloomfield volta suas atenções para os traços distintivos, uma vez que são eles que apresentam os significados linguísticos de uma maneira mais estável.

Percebemos que o pensamento de Bloomfield apresenta a língua como meio de comunicação, o discurso como comportamento e o significado como referente. Eis uma maneira específica de trazer à baila questões relativas à Linguística: o que indica que o fazer linguístico está atrelado ao ponto de vista específico acerca do objeto linguístico.

2.2 Émile Benveniste

Émile Benveniste (1902-1976) foi um linguista estruturalista francês, conhecido por seus estudos sobre as línguas indo-europeias e pela expansão do paradigma linguístico estabelecido por Saussure. Com a publicação de *Problemas de Linguística Geral I* em 1966 e de *Problemas de Linguística Geral II* em 1974, Benveniste passou a ser reconhecido como sendo o grande expoente da linguística da enunciação e o principal representante do que se convencionou chamar de teoria da enunciação. O fazer linguístico proposto pelo linguista francês faz ingressar o sujeito no interior do horizonte teórico da Linguística e parte do princípio de que o homem está na língua.

Benveniste abordou, de um modo singular, questões fundamentais da e para a Linguística, como linguagem, língua, enunciação, discurso, subjetividade, intersubjetividade e cultura. Por meio da análise de seus textos, percebemos que o fazer linguístico de Benveniste não se encerra na estrutura da língua em si e por si, uma vez que considera a relação entre locutor, interlocutor e mundo (cultura) para abordar a subjetividade. Em *A linguagem e a experiência humana*, entramos em contato com considerações fundantes do pensamento do linguista em foco, as quais nos levam à percepção de que Benveniste parte do paradigma linguístico de Saussure para adentrar o campo da linguagem, da cultura e da subjetividade. De uma maneira geral, o objetivo de Benveniste em *A linguagem e a experiência humana* é o de apresentar duas categorias fundamentais do discurso presentes em toda e qualquer língua para evidenciar a presença, no exercício dessas categorias, da experiência subjetiva dos sujeitos. Na abertura do texto, Benveniste postula que

Todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante. [...] mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso. (BENVENISTE, 2006, p. 68)

Por meio dessa passagem, percebemos que o interesse do linguista em questão não está na descrição de categorias de expressão, mas sim no funcionamento dessas

categorias no exercício da linguagem e na produção do discurso. Dentre tais categorias, Benveniste lança considerações acerca da categoria de pessoa e da categoria de tempo – categorias que o linguista considera “elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem” (BENVENISTE, 2006, p. 68). Em relação à categoria de pessoa, Benveniste (2006, p. 68) destaca que “todo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e *ele*” e que essa colocação é sempre um ato de discurso nunca repetível para aquele que o enuncia, uma vez que essa colocação acontece em um dado momento do tempo (nunca repetível) e em diferentes circunstâncias (nunca retomadas). Partindo dessa consideração, Benveniste (2006, p. 68-69) postula que

em toda língua e a todo momento, aquele que fala se apropria desse *eu*, este *eu* que, no inventário das formas da língua, não é senão um dado lexical semelhante a qualquer outro, mas que, posto em ação no discurso, aí introduz a presença da pessoa sem a qual nenhuma linguagem é possível.

O *eu* em Benveniste não é tomado como um dado lexical semelhante a qualquer outro (como comumente o é em Gramáticas), mas sim como o dado lexical que introduz a presença da pessoa e que faz, assim, a linguagem ser possível. Quando o *eu* é enunciado há, implícita ou explicitamente, a presença do *tu* e do *ele*. A relação *eu/tu/ele* instaura uma experiência humana e revela o instrumento linguístico que a funda. O enunciar do *eu* instaura a subjetividade e a singularidade de todo e qualquer ato de discurso: o que indica que a apropriação da língua, mesmo esta tendo um único sistema de referências pessoais, é feita pelo falante de forma única e sem igual.

Em relação à categoria do tempo, Benveniste materializa que nenhuma das formas linguísticas que revelam a experiência subjetiva é tão rica e tão difícil quanto aquelas que exprimem o tempo. Para compreender minimamente essa categoria, o linguista francês evidencia a necessidade de se distinguir três noções de tempo. O tempo físico é a primeira dessas noções. Esse tempo “é um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade”, tendo “por correlato no homem uma duração infinitamente variável, que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior” (BENVENISTE, 2006, p. 71). O tempo físico está relacionado ao tempo psíquico. Já o tempo crônico, segunda noção de tempo apresentada, é apresentado como sendo o tempo dos acontecimentos e o tempo da nossa própria vida, que pode ser percorrido por nós em duas direções (do passado ao presente ou do presente ao passado). No tempo crônico, encontramos a continuidade dos acontecimentos que estão *no* tempo. Aliás, encontramos tudo, uma vez que “tudo está no tempo, exceto o próprio tempo” (BENVENISTE, 2006, p. 71).

Além dessas duas noções de tempo, temos ainda a noção de tempo linguístico. O tempo linguístico é o tempo pelo qual a experiência humana se manifesta, está associado à produção do discurso e tem seu centro no presente da instância da fala. De acordo com Benveniste (2006, p. 74), o que singulariza o tempo linguístico “é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso.” Como o tempo linguístico tem seu centro no presente da

instância da fala, o presente linguístico é o fundamento das oposições da língua: o que indica que a linguagem dispõe de uma única expressão temporal, o presente, que “é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido” (BENVENISTE, 2006, p. 75). Sendo assim, a língua deve, por necessidade, ordenar o tempo a partir do eixo temporal presente que é sempre e somente a instância de discurso. O tempo linguístico é o tempo da língua, da instância de discurso, que se torna comunicação linguística quando a intersubjetividade acontece. A intersubjetividade é considerada, pelo linguista francês, a condição para a comunicação linguística se tornar possível. A noção de intersubjetividade traz à baila a relação primordial entre o falante e o outro, ou seja, entre o *eu* e o *tu*. A comunicação linguística só é possível por meio dessa relação: o que indica que a experiência humana pela linguagem só acontece porque há o um e o outro. A troca, mesmo que implícita, entre o *eu* (um) e o *tu* (outro) nos remete, pois, à experiência humana inscrita na linguagem.

Levando em consideração o exposto em relação ao pensamento de Benveniste, identificamos a construção de um fazer linguístico específico e singular que lança considerações acerca de questões fundamentais da e para a Linguística e que faz ingressar o sujeito no interior do horizonte linguístico. Ao partir do princípio de que o homem está na língua, percebemos que o propósito dos trabalhos do linguista em foco não se encerra na estrutura da língua em si e por si, uma vez que considera a relação entre locutor, interlocutor e mundo (cultura) para abordar a subjetividade.

Partindo de uma comparação entre o que foi abordado do pensamento de Bloomfield e o de Benveniste, identificamos concepções diferentes acerca de questões linguísticas e conseguimos visualizar que a especificidade de cada fazer linguístico está intrinsecamente relacionada à maneira como o pesquisador olha para o objeto, ou seja, está relacionada ao seu ponto de vista.

2.3 Noam Chomsky

Noam Chomsky, nascido em 1928 na Filadélfia, é um linguista norte-americano que trouxe, para o campo linguístico, questões ligadas diretamente à Psicologia. Chomsky é reconhecido no âmbito acadêmico principalmente pelas suas considerações acerca da existência de uma Gramática Universal e pela criação da gramática gerativa transformacional. O linguista em foco, partindo de uma concepção cognitiva da linguagem e opondo-se ao behaviorismo, conceitua a linguagem como uma propriedade inata do cérebro/mente e propõe um fazer linguístico atrelado ao abstrato e mental. Para Chomsky, o papel do linguista é o de identificar os princípios gerais da linguagem que estão presentes em todas as línguas e que, por isso, são considerados universais. Na concepção em pauta, a competência, por ser uma capacidade inata do ser humano, deve ser o foco dos estudos linguísticos. Sendo assim, interessa ao linguista a formação da sentença na mente/cérebro. Para lançar considerações acerca do fazer linguístico de Chomsky e, a partir daí perceber sua especificidade, ater-nos-emos à primeira parte de uma palestra que o linguista proferiu na Universidade de Brasília no ano de 1996.

Em *Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas*, Chomsky traz à baila o fascínio que a linguagem exerce nos pesquisadores de diferentes áreas para evidenciar que há variadas maneiras de se conceber tal questão. Dentre as várias concepções, Chomsky (1998, p. 17) deixa claro que a sua está atrelada ao inatismo, uma vez que considera a linguagem uma faculdade humana que “parece ser uma verdadeira ‘propriedade da espécie’, variando pouco entre as pessoas e sem um correlato significativo em qualquer outra parte.” Essa forma de organização intelectual se baseia em uma propriedade elementar, considerada de natureza biológica, que é a propriedade da infinidade discreta. Essa propriedade se manifesta, por exemplo, no sistema de números naturais e só pode ser aprendida a menos que a mente já possua os princípios básicos: o que aponta para a capacidade biológica da linguagem no ser humano.

A propriedade da infinidade discreta leva Chomsky a postular que com um número finito de regras gramaticais podemos formular infinitas sentenças de uma língua. Partindo dessa concepção, Chomsky lança a possibilidade de considerar a faculdade da linguagem como um órgão que não pode ser removido do corpo e que, assim como os outros órgãos, é uma expressão dos genes e destaca que seu interesse, em relação a essa questão, é o de investigar o “estado inicial”, geneticamente determinado, dessa faculdade. Para Chomsky (1998, p. 19), “cada língua é o resultado da atuação recíproca de dois fatores: o estado inicial e o curso da experiência.” O estado inicial é representado pelo pesquisador norte-americano como um “dispositivo de aquisição de língua” que, a partir de uma experiência, fornece a língua. Essencial destacar que a língua, mesmo sendo um produto, deve ser vista como estando internamente representada na mente/cérebro e considerada como sendo “o modo como falamos e compreendemos” (CHOMSKY, 1998, p. 20).

A abordagem puramente internalista da língua, presente nos postulados do linguista em pauta, aponta para a teoria do estado inicial da faculdade de linguagem e fundamenta a criação tanto da gramática universal quanto da gerativa. Partindo da existência dos princípios básicos na mente/cérebro, Chomsky postula que a língua “gera” as expressões dessa língua, ou seja, as sentenças são produzidas a partir de mecanismos internos. Eis a perspectiva cognitiva que, conforme Chomsky (1998, p. 21), “vê o comportamento e seus produtos não como objeto de investigação, mas como dados que podem fornecer evidências sobre os mecanismos internos da mente e os modos como esses mecanismos operam ao executar ações e interpretar a experiência.” A gramática gerativa, indo de encontro ao proposto pelas correntes estruturalista e behaviorista, intenta, pautando-se em uma concepção tradicional de língua, descobrir a “noção de estrutura” que está na mente do falante, “capacitando-o a produzir e entender ‘expressões livres’ que são novas para o falante e o ouvinte ou mesmo para a história da língua, uma ocorrência costumeira da vida cotidiana” (CHOMSKY, 1998, p. 22). De uma maneira geral, a gramática em foco “procura descobrir os mecanismos que são usados, contribuindo, assim, para o estudo de *como* são usados de maneira criativa da vida normal” (CHOMSKY, 1998, p. 37).

Percebemos, mais uma vez, que o ponto de vista cria o objeto e gera um fazer linguístico específico. As considerações de Chomsky estão pautadas na capacidade biológica humana para a linguagem e, por isso, estuda a língua a partir do

funcionamento da mesma na mente/cérebro do falante. A abordagem que Chomsky faz da língua é diferente da de Bloomfield, assim como o é da de Benveniste. A diferença percebida entre tais abordagens está marcada pela maneira específica de se lançar considerações acerca do objeto linguístico.

2.4 Michael A. K. Halliday

Michael A. K. Halliday, nascido em 1925 na Inglaterra, é um linguista reconhecido como o fundador da Linguística Sistemico-Funcional. Partindo das ideias do linguista britânico J. R. Firth (1890-1960), Halliday constrói um arcabouço teórico amplo e complexo acerca do funcionamento da língua. De uma maneira geral, o pensamento de Halliday traz à baila a noção de língua como instrumento social determinado por funções sociais. Para compreendermos minimamente a linha pela qual Halliday traça sua trajetória do fazer linguístico, abordaremos *As bases funcionais da linguagem*, texto em que o linguista inglês apresenta a base epistemológica da Linguística Sistemico-Funcional.

Na abertura de *As bases funcionais da linguagem*, Halliday levanta alguns questionamentos que servem de base para a elaboração de sua teoria funcionalista da linguagem. O linguista em pauta questiona, primeiramente, acerca do entendimento que se tem em relação à abordagem funcional do estudo da linguagem e, em seguida, acerca da relação entre as funções da linguagem e a própria língua. Para a primeira indagação, Halliday materializa que a abordagem funcional do estudo da linguagem está relacionada a investigações sobre as funções da linguagem e que seu intuito é o de “obter alguma percepção a respeito de como a linguagem é usada” e o de “estabelecer alguns princípios gerais relacionados ao uso da linguagem” (HALLIDAY, 1978, p. 125). Para a segunda indagação, Halliday postula que a relação entre as funções da linguagem e a própria língua é uma relação determinante para o funcionamento da língua, uma vez que a língua se desenvolve para atender a certas funções que podem ser chamadas de funções sociais. Para o linguista inglês, a língua é moldada e determinada pelos usos que dela fazemos: o que aponta para a presença de marcas das funções sociais na estrutura da língua, ou seja, as funções sociais da língua determinam o conjunto das variedades linguísticas.

Em relação a esse conjunto das variedades linguísticas, Halliday postula que ele deriva do conjunto de usos da língua e que ele existe pelo fato de a natureza linguística possuir todas as funções integradas. Por meio dessa consideração, o linguista em foco busca apresentar e defender o princípio de que o funcionamento social da língua está refletido na estrutura linguística. Sendo assim, Halliday considera a língua como um sistema potencial de significados, que é constituído por um conjunto de possibilidades que pode ser aprendido a partir da aprendizagem de seus usos, ou seja, das funções e seus significados. Vale destacar que, no processo de aprendizagem de um sistema linguístico, há sempre que se considerar o falante, o ouvinte e a situação, uma vez que determinam o uso da língua e indicam o que o falante ou ouvinte podem com ela fazer.

Como o foco de Halliday está nas funções da língua, encontramos, em *As bases funcionais da linguagem*, a classificação de diferentes funções que constituem a língua. Halliday apresenta as funções da língua em dois momentos diferentes: na fase da

infância e na fase adulta. A análise das funções partindo do uso que uma criança de 19 meses faz da língua tem o objetivo de evidenciar que a estrutura da língua é determinada pelas diferentes funções constitutivas da mesma. Como a criança ainda não tem muito conhecimento acerca do que pode fazer com a língua, uma vez que está aprendendo a mesma, a determinação das funções na estrutura fica mais clara de ser percebida – o que não acontece na fase adulta. “A relação entre função da língua e estrutura da língua aparecerá menos diretamente, e de modos mais complexos, no sistema adulto completamente desenvolvido, do que na língua da criança” porque o adulto conhece melhor a língua e, conseqüentemente, sabe mais o que fazer com ela. (HALLIDAY, 1978, p. 143).

Mesmo Halliday (1978, p. 144) postulando que “todo ato linguístico adulto, com poucas exceções amplamente especificáveis, serve simultaneamente a mais de uma função”, é importante que conheçamos as funções consideradas elementares no desenvolvimento da língua. Tais funções são classificadas como função instrumental, função regulatória, função interacional, função pessoal, função heurística, função imaginativa e função representacional (informativa). Segundo Halliday (1978, p. 132), a função instrumental “refere-se ao uso da língua com o objetivo de satisfazer necessidades materiais”, podendo ser apresentada como a função do “eu quero” ou “eu não quero”. A função regulatória, por sua vez, está relacionada ao uso da língua com o intuito de controlar o comportamento do outro e pode ser representada como sendo a função do “faça o que digo”. Em relação à função interacional, o linguista inglês destaca que essa função trata do uso da língua como meio de interação pessoal com aqueles que estão por perto e pode ser compreendida como a função do “eu e você”. A função pessoal é a que permite a representação do “eu” por meio da linguagem. A função heurística refere-se ao desenvolvimento da língua a partir das experiências que o falante tem, e pode ser entendida como a função que organiza e armazena a experiência. A função imaginativa está ligada à parte da imaginação, do faz de conta e é considerada, assim como a função heurística, como aquela que organiza e armazena a experiência. A função representacional (informativa) é a que transmite informações. Essas funções, mesmo não podendo ser identificadas separadamente na fase adulta, fazem parte do uso da língua e estão concomitantemente presentes nos usos da língua. Depois de apresentar as funções mencionadas, Halliday traz à baila a função textual, que é aquela que preenche a exigência da operacionalidade e relevância da língua.

Percebemos que o ponto de partida para sustentar a edificação da teoria da Linguística Sistêmico-Funcional é o que define o objeto teórico e especifica o fazer linguístico de Halliday. A partir da ideia de que a língua é como é por causa daquilo que ela tem que fazer, Halliday edifica uma teoria utilitarista da língua pautada na análise de seus usos a partir de seu condicionamento às funções sociais. Estamos diante de mais um modo de olhar para um objeto teórico de infinitas faces e múltiplas facetas.

2.5 *John Austin*

John Austin (1911-1960) foi um filósofo da linguagem britânico que desenvolveu uma grande parte da atual teoria dos atos do discurso. Filiado à vertente

da Filosofia Analítica, interessou-se diretamente pelo problema do sentido em filosofia. Austin desenvolveu seu pensamento preconizando o exame da maneira como as palavras são usadas para elucidar seu significado. Em *How to do things with words* (traduzido no Brasil por *Quando dizer é fazer*, 1990), Austin categorizou os atos de linguagem em conceitos fundamentais para compreensão posterior do papel da linguagem e da comunicação com o objetivo de postular que todo dizer é um fazer. Na obra mencionada, Austin busca sistematizar as modalidades de intercepção entre falar e agir com o intuito de desenvolver uma concepção pragmática da linguagem: uma concepção que aborda a linguagem não simplesmente como um sistema simbólico de representação do mundo, expresso em afirmações, mas como um sistema que permite a realização de determinado tipo de atos.

Por meio de uma oposição em relação à natureza dos enunciados constatativos⁴ e à dos performativos⁵, Austin inicia a edificação de sua teoria. As considerações iniciais de Austin acerca dos constatativos e performativos são essenciais para percebermos o quanto seu trabalho ia de encontro aos trabalhos desenvolvidos pela filosofia analítica tradicional que objetivavam estudar a linguagem por meio da lógica formal. Enquanto para a tradição, as afirmações, verdadeiras ou falsas, são a única modalidade de funcionamento da linguagem, para Austin as afirmações são apenas um dos vários modos pelos quais a linguagem funciona. Ao analisar diferentes enunciados⁶, Austin postula que tais enunciados não informam nem descrevem algo, eles realizam efetivamente uma ação que, no caso, é, respectivamente, a abertura da sessão, o casamento e a promessa em causa. Nas palavras de Austin (1975, p. 6),

Nestes exemplos parece claro que enunciar a frase (nas condições apropriadas, evidentemente), não é nem descrever aquilo que supostamente eu estou a fazer ao falar assim, nem afirmar que o faço: é fazê-lo. Nenhuma das enunciações citadas é verdadeira ou falsa (...). Proponho chamar-lhe frase performativa ou enunciação performativa, ou, para abreviar, um performativo (...): indica que produzir uma enunciação é realizar uma acção – normalmente, não se considera que essa produção seja apenas dizer alguma coisa.

Em relação à efetivação da ação, o filósofo em questão materializa que fatores externos à linguagem devem ser considerados (contexto de produção do enunciado, quem fala, com quem se fala, para que se fala, onde se fala, o que se fala) para que a

⁴ Enunciados constatativos são aqueles que descrevem ou relatam um estado de coisas e que, por isso, se submetem ao critério de verificabilidade, isto é, podem ser considerados verdadeiros ou falsos. Os enunciados em foco são aqueles comumente denominados de afirmações, descrições ou relatos, como “Eu jogo basquete”; “A Terra gira em torno do sol”; “A mosca caiu na sopa”, etc.

⁵ Enunciados performativos são enunciados que não descrevem, não relatam, nem constata absolutamente nada, e, portanto, não se submetem ao critério de verificabilidade (não são falsos nem verdadeiros). Os performativos são enunciados que, quando proferidos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, na forma afirmativa e na voz ativa, realizam uma ação.

⁶ Enunciados como “Declaro a sessão aberta”, proferido pelo presidente da mesa num congresso”; “Sim” (aceito esta mulher como minha fiel e legítima esposa), proferido pelo noivo na cerimônia matrimonial; “Prometo telefonar-te amanhã”, proferido por dois amigos.

ação se efetive. Austin atrela a linguagem ao seu exterior e, assim, evidencia que a cultura está intrinsecamente atrelada aos atos performativos e, por isso, uma análise puramente formal e lógica não se faz pertinente em uma abordagem que concebe a linguagem como ação.

Partindo da oposição entre constatativos e performativos, Austin chega à conclusão de que não há como separar os dois tipos de enunciados, uma vez que todo e qualquer enunciado é performativo. Sendo assim, Austin apresenta, por meio de seus postulados, uma nova abordagem da linguagem que preconiza a ação. Eis a abordagem performativa da linguagem, abordagem que não se interessa pela linguagem formal, e sim pela ordinária, cotidiana, uma vez que é essa linguagem, negligenciada pela tradição filosófica, que possibilita a compreensão do funcionamento da linguagem como ação.

Percebemos que Austin põe em xeque a visão descritiva da linguagem ao defender sua natureza performativa. Mesmo não sendo linguista, Austin contribuiu para os estudos linguísticos ao trazer à baila a necessidade de se levar em consideração, no processo de análise da linguagem em uso, os elementos do contexto (quem fala, com quem se fala, para que se fala, onde se fala, o que se fala, etc.) e ao postular que a linguagem é ação. Austin, a partir de seu ponto de vista em relação ao seu objeto teórico, nos apresenta um fazer filosófico-linguístico específico e peculiar e mais uma maneira de considerar os estudos em torno da linguagem.

3 Considerações finais

Em face do exposto, acreditamos que conseguimos atingir o objetivo de nosso trabalho: apresentar diferentes pontos de vistas acerca do objeto teórico para trazer à baila a heterogeneidade constitutiva do fazer linguístico. Por meio da breve exposição que fizemos acerca do pensamento de Bloomfield, de Benveniste, de Chomsky, de Halliday e de Austin, pudemos perceber como o ponto de vista lançado por cada pesquisador sobre o objeto teórico é crucial para identificarmos a existência de diferentes e variadas maneiras de conceber questões relacionadas à Linguística e a impossibilidade do homogêneo: o que indica que a Linguística é um campo heterogêneo e que a heterogeneidade é constitutiva do fazer linguístico.

Referências

AUSTIN, John L. *How to do things with words*. 2. ed. Oxford University Press, 1975.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2006.

BLOOMFIELD, Leonard. O significado. In: DASCAL, Marcelo (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Unicamp, Campinas, 1982. v. III. Semântica.

CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas*. Tradução de Lúcia Lobato; revisão de Mark Ridd. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

FLORES, Teresa Mendes. *Agir com palavras: a teoria dos actos de linguagem de John Austin*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/flores-teresa-agir-com-palavras.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019.

HALLIDAY, Michael A. K. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, Marcelo (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Vol. 1. São Paulo, Globo, 1978.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *Delta* [online], 2002, vol.18, n.1, p. 117-143. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502002000100005>. Acesso em: 06 jun. 2019.